



Experiência:

Controle dos estoques públicos de grãos

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Secretaria de Controle Interno — Ciset

Divisão de Estudos Técnicos

Responsável: Rogério José Rabelo

Equipe: Eduardo Fortes da Silva, Flávia Amaral Silva, Ioelson Pinheiro Cangussú, Maria de Fátima Azevedo Lima, Paulo Ricardo Grazziotin Gomes, Rogério José Rabelo e Sandra Maria de Oliveira Alves.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. D, Anexo A, Sala 248

Brasília, DF — CEP: 70047-900

Telefones: (061) 218 2329 Fax: (061) 224 2850

Relato

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sofreu recente reformulação que culminou na criação da Secretaria Federal de Controle (SFC), órgão responsável pela avaliação da gestão pública e acompanhamento dos programas de governo. A Secretaria de Controle Interno (Ciset) no Ministério da Agricultura, unidade seccional da SFC, desenvolveu trabalho na área de estoques governamentais de grãos, geridos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), afetos ao Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O PGPM é o maior programa do Ministério da Agricultura, contando com 39% do seu orçamento global, e um dos alicerces da política agrícola. O PGPM visa à garantia de renda mínima ao produtor rural, tendo repercussões sobre a fixação do homem no campo e sobre o abastecimento agrícola em geral. Para operacionalizar o PGPM, o governo adquire estoques de grãos no período da safra, quando os preços estão rebaixados pelo excesso de oferta e administra esses estoques até o período de entressafra, quando os mesmos retornam ao mercado consumidor, por meio de leilões de venda. O objetivo é diminuir o nível dos preços, regulando o mercado e evitando prejuízos à população. Entretanto, a compra, administração da armazenagem e alienação dos estoques públicos têm enfrentado problemas. Frequentemente têm sido constatados casos de desvios e perda de produtos, problemas de credenciamento e contratação de unidades armazenadoras, e de superfaturamento na contratação de serviços de transporte dos estoques públicos. Diante disso, a Ciset/Maara formou equipe composta de técnicos e analistas de finanças e controle de sua Divisão de Estudos Técnicos (DIEST), para diagnosticar e encontrar soluções para os problemas do PGPM, visando melhor gestão dos recursos públicos. Em parceria com a Conab e com o Banco do Brasil, a equipe procedeu à incursão nos principais estados armazenadores de grãos — Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Tocantins — tendo vistoriado 324 unidades armazenadoras em 1995. A Conab assumiu efetivamente a sua atribuição de fiscalização sistemática da totalidade dos estoques públicos, com fortalecimento e capacitação, para tanto, do seu quadro de fiscais. Neste sentido, a Conab passou a adotar, junto às armazenadoras, a perspectiva da fiscalização

orientadora e não apenas coercitiva e punitiva. A Conab criou grupos de trabalho internos para a sua reestruturação, visando eliminar a sobreposição de atribuições entre os departamentos e dar maior ênfase às suas áreas-fim.

Resultados

Foram cobradas inúmeras dívidas atrasadas de empresas armazenadoras, com o retorno de recursos aos cofres públicos, aliviando, assim, a carga de processos em cobrança administrativa e judicial. Foi cobrado o ressarcimento de prejuízos causados por desvio, perda e sinistro de estoques, bem como foi determinada a cobrança de prejuízos por desvios perda e sinistro que se encontravam pendentes de solução. Desenvolveu-se ação preventiva, evitando prejuízos relativos a safras antigas mal armazenadas e com riscos de perda de qualidade. Procedeu-se à redução do quantitativo de estoques públicos de safras antigas, reduzindo-se os riscos de depreciações e perdas. Realizou-se o saneamento de inconsistências e falhas no sistema de controle do cadastro de armazéns e dos contratos de depósito de estoques públicos por empresas armazenadoras privadas. Iniciou-se efetivamente a aferição da qualidade dos estoques públicos, de acordo com a classificação oficial do Maara, quando das operações de aquisições indiretas (transformação de estoques de empréstimos do governo federal — EFG — em Aquisições do Governo Federal — AFG) e das vendas em leilões públicos (via bolsas de mercadorias). O sucesso da iniciativa levou à criação de um grupo de trabalho interministerial envolvendo os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, destinados a analisar e a oferecer alternativas de solução para os problemas operacionais do PGPM.